



Prefeitura Municipal de Camaragibe  
Secretaria de Administração  
Gabinete

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO**  
**NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 99/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023**

Instado a se manifestar nos autos do Processo Licitatório nº 99/2023, Pregão Eletrônico nº 28/2023, o Secretário de Administração, na condição de autoridade superior e em face do teor da matéria, responde ao Memo. nº 022/2024-CPL, nos quais o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Camaragibe, no exercício das suas atribuições, **solicita posicionamento do órgão face à impugnação de empresa licitante.**

Destaca-se, de início, que a impugnação foi apresentada dentro do prazo legal, tornando-se, portanto, **tempestiva**, sendo obrigatória, portanto, a análise do mérito e a correspondente resposta.

A impugnação foi suscitada pela empresa **VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA S.A**, inscrita no CNPJ/MF sob o número 05.872.814/0001-30, opondo-se ao edital do Pregão epigrafado e encaminhando suas razões à Comissão Permanente de Licitações municipal.

A impugnante sustenta **que o instrumento convocatório prevê condições que limitam a concorrência**, maculando o ato de vícios.

É o breve relatório. Passa-se a decidir.

**Infundada a alegação da impugnante quando sustenta direcionamento da licitação**, apontando que a operação do objeto através de cartão magnético implica participação exclusiva de empresas que opere unicamente por meio desse método.

Nesse passo, *filiamo-nos às considerações da Resposta Técnica exarada pela Diretoria de Tecnologia da Informação*, nas exatas razões ali expostas.

Nestes termos, na qualidade de Autoridade Superior enquanto ordenadora da despesa, **conheço da impugnação, e, no mérito sobre o pedido de retificação do**



Prefeitura Municipal de Camaragibe  
Secretaria de Administração  
**Gabinete**

Termo de Referência para *constar o prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, para início do serviço, **julgo improcedente**, mantendo-se inalterado o instrumento convocatório*, em respeito aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da razoabilidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo das propostas, todos norteadores da boa Administração Pública e nos termos do art. 109, §4º da Lei nº 8666/1993.

Isto posto, e esclarecidas as dúvidas suscitadas, **DETERMINO** o prosseguimento do certame no prazo previsto em lei, de tudo conforme o art. 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Camaragibe, 11 de janeiro de 2024.

**MARCOS RIBEIRO FILHO**  
Secretário Municipal de Administração